



Cadernos do NUPPOME

ISSN 2596-285X

ano 6, número 16, abril de 2024.



UFPEL



EXPEDIENTE

Cadernos do NUPPOME, Pelotas, ano 6, n.16, abril de 2024. ISSN 2596-285X

Imagen de capa

Fotografia de Evandro Teixeira/Acervo IMS, 26/06/1968. Imagem mostra mulher passando pela escadaria do Theatro Municipal do Rio de Janeiro durante a “Passeata dos Cem Mil”. Disponível no Google imagens.

A *Cadernos do NUPPOME* é uma publicação quadromestral do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória disponibilizada em formato eletrônico em: <https://wp.ufpel.edu.br/nuppome/>

Entrevistas, textos e documentos publicados na *Cadernos do NUPPOME* podem ser reproduzidos livremente, desde que referida a fonte. Os conceitos emitidos pelos e pelas autoras dos textos aqui publicados são de sua inteira responsabilidade.

EDITOR

Carlos Artur Gallo | Universidade Federal de Pelotas

CONSELHO EDITORIAL

Andrés Del Río | Universidade Federal Fluminense

Boris Hau | Universidad Alberto Hurtado

Bruno Boti Bernardi | Universidade Federal da Grande Dourados

Bruno Mello Souza | Universidade Estadual do Piauí

Christian Jecov Schallenmüller | Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Eneá de Stutz e Almeida | Universidade de Brasília

Fernando Perlatto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Odilon Caldeira Neto | Universidade Federal de Juiz de Fora

Rita Juliana Soares Poloni | Universidade Federal de Pelotas

Tatyana de Amaral Maia | Universidade Federal de Juiz de Fora

Vanessa Dorneles Schinke | Universidade Federal do Pampa

ORGANIZAÇÃO, PREPARAÇÃO E REVISÃO DOS ORIGINAIS

Carlos Artur Gallo

COLABORAÇÃO COM A REVISÃO E/OU SELEÇÃO DE MATERIAL

Pedro Gardani | PROBIC-FAPERGS | NUPPOME

Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória | NUPPOME

Instituto de Filosofia, Sociologia e Política | IFISP

Universidade Federal de Pelotas | UFPEL

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 – 2º Andar – Sala 216 – Pelotas / RS, Brasil.

Contato | nuppome@gmail.com

SUMÁRIO

4	Apresentação
5	NUPPOME Entrevista
	Entrevista com Angélica Müller
9	Considerações sobre memória, verdade e justiça
	<i>Resistências e solidariedades no extremo Sul do Brasil</i>
	<i>O Grupo Brizola e suas articulações na fronteiriça Jaguarão,</i>
	por Darlise Gonçalves de Gonçalves
17	Novidades sobre memória, verdade e justiça
20	Fontes de pesquisa
21	Memória, verdade e justiça em imagens

APRESENTAÇÃO

Este é a 16ª edição da *Cadernos do NUPPOME*, que chega ao seu sexto ano. Como nos números anteriores, divulgamos fontes de pesquisa, novidades editoriais e artísticas, uma entrevista e um texto temático. A entrevistada deste número é a professora Angélica Müller, autora de diversos trabalhos sobre a ditadura brasileira. O texto temático, sobre as redes de resistência e solidariedade formadas na fronteira do Brasil com o Uruguai durante a ditadura, foi escrito pela também historiadora Darlise Gonçalves de Gonçalves. Agradecemos a ambas pela contribuição com esta nova edição da revista.

Feita esta apresentação sumária do conteúdo da *Cadernos*, fazemos uso deste espaço para deixar registrado que esta edição está sendo publicada no contexto em que se rememoram os 60 anos do Golpe de 1964, que destituiu o presidente João Goulart e deu início a uma ditadura que cometeu massivas violações aos direitos humanos por quase 21 anos.

4

Mais do que nunca, precisamos lembrar e discutir, pública e coletivamente, os arbítrios do passado e suas reminiscências no presente. Ao contrário do que foi verbalizado pelo presidente Lula há poucas semanas, falar sobre os acontecimentos de 1964 não é “remoer o passado”. Parte dos desafios da nossa atualidade possui estreita relação com legados da ditadura. Falar sobre a ditadura e encarar os fatos a ela relacionados com seriedade é o mínimo que se espera e se exige não só do atual Governo Federal, mas de todas/os cidadãs/os. Por memória, verdade e justiça!

Democracia sempre! Ditadura Nunca Mais!

Uma boa leitura a todas/os!

Saudações,
Carlos Artur Gallo
Coordenador do NUPPOME

NUPPOME

ENTREVISTA



Angélica Müller

Professora do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF) e Pesquisadora do CNPq.

Doutora em História Social pela USP e em História pela Université Panthéon Sorbonne (França), realizou diversas pesquisas sobre temas relacionados ao período da ditadura brasileira.

Foi Pesquisadora Sênior da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Cadernos do NUPPOME – Quando surgiu seu interesse pelos estudos sobre a ditadura brasileira? O que motivou a escolha do tema?¹

5

Angélica Müller – Desde a graduação, eu trabalhei com um tema que me interessava: o movimento estudantil. Fiz uma monografia apresentando um histórico do Programa Especial de Treinamento (PET) e do movimento de defesa do mesmo, quando passou a ser ameaçado de corte no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Um programa no qual eu fui bolsista e engajada no movimento pela sua existência². Ali nascia, ainda tateando, minha vontade e experiência em trabalhar com a história do tempo presente, por compreender uma relação intrínseca com a prática do historiador e seu engajamento ético e social. No mestrado, fui desaconselhada a trabalhar com temas tão recentes – quase que “jornalísticos” – e tomei a decisão de trabalhar com a fundação da União Nacional dos Estudantes (UNE) no Estado Novo³. Isso porque não queria trabalhar sobre a ditadura militar! E veja como é a vida: como uma das coordenadoras do Projeto Memória do Movimento Estudantil, eu fiquei encantada com as histórias dos militantes da década de 1970 e que me mostravam justamente ao contrário do que a historiografia falava: de que praticamente não existiu militância entre os estudantes nos anos de chumbo. Minha tese⁴ mostrou o contrário.

¹ Entrevista realizada por Carlos Artur Gallo, em fevereiro de 2024.

² A monografia virou o livro: MÜLLER, Angélica. *Qualidade no ensino superior: a luta do Programa Especial de Treinamento*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

³ Ver: MÜLLER, Angélica. *Entre o Estado e a sociedade: a política de juventude de Vargas e a fundação e atuação da UNE durante o Estado Novo*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

⁴ Ver: MÜLLER, Angélica. *O movimento estudantil na resistência à Ditadura Militar (1969-1979)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2016.

Cadernos do NUPPOME – Entre 2003 e 2010, durante a realização do seu mestrado, e, na sequência, do seu doutorado, você pesquisou temas relacionados ao movimento estudantil, mas em dois períodos históricos diferentes. No mestrado, sua pesquisa focou na ditadura do Estado Novo (1937-1945). No doutorado, a análise foi direcionada para o período da ditadura civil-militar (1964-1985). Como surgiu a ideia de pesquisar esses temas? Há semelhanças na forma de lidar com o movimento estudantil por parte da ditadura varguista e da ditadura civil-militar?

Angélica Müller – Os dois períodos históricos correspondem as duas ditaduras que tivemos no país no século XX. A pergunta é muito interessante, pois me permite falar principalmente da diferença de postura do movimento estudantil (e particularmente da UNE, entidade a qual me dediquei a estudar) perante os dois regimes e, talvez, mostrar um pouco da complexidade de trabalhar com a ditadura de Vargas e a atuação da UNE neste período. Nesse, é interessante ver que a UNE nasceu já no contexto do Estado Novo, em 1938⁵, corroborando, assim, com espírito corporativista do regime. O Estado Novo financiou Congressos da UNE. A corrente predominante nos anos iniciais (a juventude comunista) foi até Vargas pedir o reconhecimento da sua entidade, negociava com o governo, encampava, de certa maneira, os desejos de uma das alas governistas (os filhos do ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, eram próximos da UNE) e saiu às ruas pedindo que o Brasil entrasse na Guerra contra o Eixo. Mas este “alinhamento” (que nunca foi automático e sim politicamente negociado), não era de todo grupo de militantes. Os estudantes paulistas (grupos mais liberais ou mesmo mais socialistas), lutavam abertamente dentro da entidade contra Vargas. E, no final deste período, ganharam a presidência da UNE e passaram a lutar contra o regime. A partir de 1964, todas as correntes de esquerda que participavam da UNE lutaram contra os sucessivos governos militares. Não por acaso, um dos primeiros atos do novo regime foi o incêndio da sede da UNE, sede esta que Vargas “doou” aos estudantes, em 1943. Na sequência, o ministro da Educação, Suplicy de Lacerda, colocou as entidades estudantis na ilegalidade. E as diferentes correntes de esquerda reorganizaram a UNE, que passou a fazer uma resistência indelével contra o regime, que teve suas especificidades em cada período.

6

Cadernos do NUPPOME – Em outros projetos, você analisou a produção de informações, por parte do aparato repressivo da ditadura civil-militar, a respeito dos movimentos estudantis que se articularam no país. O que você destacaria como principais achados dessas pesquisas?

Angélica Müller – Um primeiro ponto é atestar, como outras pesquisas também já mostraram, a impressionante rede de vigilância que a ditadura implementou por meio do seu Sistema Nacional de Informações (SISNI). No que se refere ao movimento estudantil, a vigilância ocorria a partir das Assessoria de Segurança e Informação (ASI's) espalhadas pelas universidades federais (e outras). Diversos tipos de agentes, civis e militares, muitas vezes infiltrados em sala de aula ou mesmo em grupos de estudos. Resultado: uma produção de informes e informações muito consideráveis, com um grau de precisão, por muitas vezes, alto. Mas não necessariamente certeiro, sobretudo no que diz respeito ao nível de conhecimento das propostas das diferentes tendências políticas de esquerda. E aí entra um outro ponto: o peso da Doutrina de Segurança Nacional era central no sistema de vigilância - em tudo era visto o comunismo. Os documentos mostram que os militares tinham medo do poder de organização e manifestação do movimento, que foi aumentando exponencialmente até 1968. Não por acaso, já no governo Médici, que se dedicou a exterminar as correntes que

⁵ Há uma polêmica em torno do ano de 1938 como o ano de fundação da UNE. A própria UNE reconhece o ano de 1937. Nas minhas pesquisas, encontrei documentos escritos e orais que me permitiram realizar esta interpretação.

participaram da luta armada, a UNE (enquanto organização) também fez parte deste contingente. A UNE, mesmo na ilegalidade, continuou atuando e organizando nacionalmente o movimento estudantil. Os relatos revelam o paradoxo: quando se referiam à entidade, os agentes escreviam “a ex-UNE”. A partir de 1969, a UNE entrou na clandestinidade total, os militares perseguiram incansavelmente os seus líderes, até desbaratarem a última diretoria, em 1973, com a prisão, tortura, morte e desaparecimento forçado do seu presidente, Honestino Guimarães. Desbarataram a UNE, mas não o movimento estudantil. E, por isso, ampliaram sua vigilância e a cada nova ação de resistência, buscavam novas fórmulas para barrar o seu crescimento. O que não adiantou. Em 1975, os estudantes voltaram a falar da reorganização da entidade estudantil nacional. Em 1977, eles voltaram às ruas (e lembremos das medidas repressivas que vieram com o pacote de maio) para protestar contra o regime e, em 1979, refundaram a UNE.

Cadernos do NUPPOME – Posteriormente, você atuou como Pesquisadora Sênior da Comissão Nacional da Verdade (CNV), contribuindo com a pesquisa e a escrita do capítulo temático sobre a repressão nas Universidades, publicado no Relatório Final da entidade, em dezembro de 2014. Como foi participar, como pesquisadora, de uma entidade como a CNV? Como você avalia o legado do trabalho realizado no âmbito da CNV passados quase 10 anos desde a entrega do seu Relatório e o fim das suas atividades?

Angélica Müller – Para nós historiadores que trabalhamos com a história do tempo presente e temas sensíveis como a ditadura militar e a nossa justiça de transição, trabalhar na CNV foi um privilégio justamente por poder articular os três pilares do nosso trabalho: uma responsabilidade metodológica, ética e social. Como encarregada pela CNV deste capítulo, pude trabalhar com mais de quinze comissões universitárias em todo país e pude atestar o engajamento e a riqueza do trabalho de tantos e tantos pesquisadores que ultrapassou as barreiras normativas impostas à Comissão. A CNV não foi nem o início, menos ainda o final da nossa justiça transicional. Mas ela foi um ponto importante por várias razões, dentre elas a sua finalidade primeira: ter um documento do estado brasileiro atestando as graves violações aos direitos humanos e apontando responsáveis, locais e como isso se tornou uma política de estado: o extermínio do inimigo interno. O “momento CNV”, como costume chamar, também foi importante para mostrar as contradições deste nosso processo, para vir à tona diferentes memórias sobre o passado ditatorial. Não por acaso, aquele foi o momento da volta à cena pública dos militares. E vejo que nós pesquisadores, que trabalhávamos a partir de uma chave de “um passado que não passa” passamos a ter que lidar com um “passado de múltiplas narrativas”. A constatação não vem com alegria. E o legado da CNV me parece como um “tesouro perdido” como descreve Hannah Arendt. Ou seja: ainda temos muito caminho pela frente quando se trata de pensar nos temas de direitos humanos e justiça: seja mirando a ditadura militar, seja em casos recentes, como o de Marielle Franco e tantos outros.

7

Cadernos do NUPPOME – Com o passar dos anos, seus estudos sobre memória da ditadura foram se diversificando no que se refere ao recorte temático das suas pesquisas. Assim, seus projetos mais recentes têm abordado as relações EUA-Brasil no contexto da ditadura. Quais os objetivos desta pesquisa? O que falta mapear sobre o tema que ainda não foi devidamente analisado?

Angélica Müller – Há alguns anos comecei a me dedicar ao estudo sobre a Casa do Brasil na Cidade Universitária de Paris, que é de 1959, e tem uma história fantástica durante a

ditadura⁶. E assim fui começando a me aproximar das Relações Internacionais. Daí veio o convite do Felipe Loureiro, professor de história do Instituto de Relações Internacionais da USP, para participar deste projeto coletivo sob sua coordenação. O objetivo principal deste projeto é analisar o processo de ascensão e queda da institucionalização autoritária da ditadura militar brasileira (1964-1985) sob a perspectiva de documentos diplomáticos e de inteligência do governo dos Estados Unidos. E eu, que já estava acostumada a trabalhar com os documentos da ditadura e, depois, da diplomacia franco-brasileira, estou me deparando com o nível de conhecimento e precisão dos agentes americanos sobre a conjuntura brasileira. Este projeto, assim, prevê um trabalho pouco abordado na nossa historiografia que é o olhar sobre a política doméstica. A documentação americana, ou de outros países como a França, podem ser muito importantes para nos ajudar a entender melhor como foram as negociações, quem foram os atores internos que tiveram peso na hora das decisões, enfim, como se desenrolou nossa política interna. E este é um tema pouco explorado na nossa historiografia. Grande parte dos trabalhos da área se dedicam a ver as relações entre países, o que também é importante.

Cadernos do NUPPOME – Pensando-se na proximidade dos 60 anos do Golpe de 1964: Que temas você acha que precisam ser melhor explorados nos estudos sobre a ditadura no Brasil?

Angélica Müller – A documentação que temos disponível pode ser muito explorada. É fato também que há algo geracional na escolha dos estudos. Minha geração explorou melhor a década de 1970. As anteriores se dedicaram mais aos anos de 1960. O que não quer dizer que os variados temas sobre o estado e a sociedade tenham se esgotado ou possam ser revisitados. Me parece também que a consolidação da história do tempo presente no Brasil tem permitido não só um “alargamento” temático e temporal, mas a possibilidade de olhar para os problemas de hoje e entendê-los a partir de diferentes temporalidades. Neste sentido, a formulação do Rodrigo Patto Sá Motta, “passados presentes” é importante justamente para pensarmos nas permanências e continuidades do passado ditatorial hoje, além das rupturas. Me parece que ainda temos caminhos pouco explorados para reflexões que mirem o processo de transição e, sobretudo, o final da ditadura e a Assembleia Nacional Constituinte. Este é o momento que forjou nossa “Nova República”, que em minhas reflexões tenho sustentado que terminou com o golpe que destituiu do poder Dilma Rousseff⁷. De lá para cá ainda vivemos um momento de entropia política, com uma extrema-direita fortalecida, cujo negacionismo da ditadura é premente. Não por acaso é outro tema “quente”, que tem suscitado muito interesse.

⁶ Ver : MÜLLER, Angélica. La Maison du Brésil pendant « les années 1968 » : entre internationalisme des réseaux universitaires et nationalisme autoritaire des militaires. In: DZOVINAR, Kévonian; TRONCHET, Guillaume (Dirs); CHARLE, Christophe (Préfacier). (Org.). *Le campus-monde: La Cité internationale universitaire de Paris de 1945 aux années 2000*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022. p. 185-198.

⁷ Ver: MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francine. O tempo presente da Nova República: ensaio sobre a história do político brasileiro. In: _____ (Org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV, 2022. p. 235- 264.

CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

RESISTÊNCIAS E SOLIDARIEDADES NO EXTREMO SUL DO BRASIL – O GRUPO BRIZOLA E SUAS ARTICULAÇÕES NA FRONTEIRIÇA JAGUARÃO⁸

Darlise Gonçalves de Gonçalves

Doutoranda em História na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Mestra em História pela UFPEL e colunista do site História da Ditadura.

Desenvolve pesquisas sobre relações de solidariedade e resistência nas fronteiras do Brasil com o Uruguai durante a ditadura.



9

Resistência: termo que, no dicionário, quer dizer “ação ou efeito de resistir, de não ceder nem sucumbir”. Conceito que no imaginário político do século XX foi dotado de uma enorme carga de afetos. Pois, de acordo com alguns estudiosos, a ideia de resistência nos contextos repressivos e autoritários do século passado está para além de uma ação, ela se atrela a um ideal de solidariedade e sociabilidade. Podendo esse ideal ser definido enquanto: “um gesto individual ou coletivo de transformação da sociedade, como parte de uma oposição política feita por forças revolucionárias num contexto de opressão” (RIBEIRO, 2016, p.313).

Tal definição serve ao nosso propósito de pensar as redes de mobilidade atuantes na fronteira, pois ao observarmos as falas dos envolvidos nessa atividade de resistência à

⁸ Texto revisado com o auxílio de Pedro Gardani, bolsista do NUPPOME.

ditadura a ideia de que esse ato se tratava de uma questão de vida ou morte é transversal em todos os relatos. Assim, junto a essa oposição política, que para alguns era bem clara, havia uma dimensão humanitária dos afetos que motivaram os envolvidos nas Travessias⁹ por aquela fronteira.

De uma forma mais geral, é importante pensar em outras experiências de resistência para além daquelas vivenciadas em grandes centros urbanos por indivíduos que pegaram em armas, uma vez que essas mobilizações assumiram múltiplas formas pelos mais remotos cantos do país. Entretanto, o estado do Rio Grande do Sul devido às suas características socioespaciais brindou a esse contexto uma particularidade: ser um espaço de deslocamentos de uma resistência transnacional. Assim, por nossas fronteiras (Uruguai e Argentina) se deslocaram rumo ao exílio ou a rearticulação de suas lutas inúmeros militantes e perseguidos políticos.

Todavia, essas fronteiras nem sempre foram locais de acolhida e solidariedade, pois a mesma lógica cultural que brinda os afetos, favorece o trânsito indiscriminado de camaradas de armas reprimindo, perseguindo e monitorando exilados políticos, pombos-correios¹⁰ e passageiros da liberdade¹¹. Fazendo com que, por vezes, esses espaços tenham se configurado em verdadeiras *trampas*.

Logo, não podemos pensar a fluidez ou a porosidade dessas fronteiras enquanto uma categoria estanque durante os vinte e um anos de ditadura, nem toda a espacialidade geográfica dessa linha demarcatória como algo unitário. É preciso reduzir a lente e ajustar a escala analítica de nossa observação, levando em consideração as

⁹ Em nossos estudos optamos por adotar a grafia do termo Travessia com sua inicial em maiúscula por se tratar de um conceito que está para além do simples ato de transpor fronteiras geográficas ou políticas dada à complexidade do planejamento que demandava essa atividade, visando então diferenciá-lo do termo travessia que se refere à ação de atravessar algo ou alguém de um ponto a outro. Desta forma, propomos evidenciar a complexidade da teia de relações que se forjam durante a atividade de passada que é motivada por questões políticas.

¹⁰ Termo utilizado pelos agentes da repressão para designar indivíduos ligados ao ex-governador Leonel Brizola que realizavam as Travessias entre Brasil e Uruguai levando e trazendo informações. Posteriormente, a partir do manejo das fontes do período, o termo passou a ser mencionado na historiografia brasileira sobre a ditadura.

¹¹ O termo apareceu nas memórias de Frei Betto (*Batismo de Sangue: Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982) designando aqueles que faziam uso do esquema de fronteira montado pela ALN com o auxílio dos religiosos do convento Cristo Rei em São Leopoldo-RS. Todavia, as definições explicitadas na obra para o termo param por aí, sendo este apenas um elemento genérico de identificação. Assim, apoiados nesse elemento inicial temos insistido em nossos estudos que esse pode ser um conceito empregado de forma mais pormenorizada, agregando sentidos outros, que talvez estejam presentes nas entrelinhas da obra de Frei Betto, para descrevermos esses indivíduos em trânsito que resistem à ditadura.

particularidades da cotidianidade das pessoas comuns que habitam esses espaços. Assim, embora a questão do trânsito pelas fronteiras tenha sido comum em toda a linha divisória, é nas brechas encontradas nos modos de vida cotidianos que surgem a solidariedade e a resistência nesses espaços de forte integração entre duas nações.

No presente texto apresentaremos um breve panorama dos grupos de resistência atuantes em Jaguarão, cidade interiorana situada na divisa do Brasil com o Uruguai. Esse pequeno município gaúcho traz em sua gênese as trocas entre os dois povos, seja nos afetos pessoais ou nos saberes ancestrais que rondam as correrias de gado (abigeato) e a prática do *bagayo* (descaminho) pelo rio que demarca a divisa nacional. Essa forte integração de fato (MAZZEI, 2012), associada a esses saberes locais contidos na ideia de *savoir passer* (DORFMAN, 2010), foram acionados em diferentes momentos políticos do país, onde o ideal de solidariedade floresceu em meio à sociabilidade para aqueles que necessitavam cruzar a fronteira e salvaguardar suas vidas.

No entanto, mesmo que na literatura pertinente ao período em questão os pesquisadores mencionem as Travessias pelas fronteiras do estado, estas são comumente apresentadas como uma ação, uma rota de fuga ou o destino para o exílio, esvaziando-as de sua dimensão política e humana (GONÇALVES, 2022). Tal definição está muito associada à chave interpretativa brasileira sobre os exílios políticos do século passado, que de acordo com Ribeiro, “pouco se mostrou sobre o deslocamento funcional do exílio ou como ele foi encarado de maneira temporária e operacional, como um momento de reorganização e ampliação da oposição no exterior [...]” (RIBEIRO, 2016B, p. 938). Logo, focando principalmente na experiência exilar, as redes apresentadas nesses estudos são majoritariamente as transnacionais de militância, acolhida e denúncia à ditadura, existindo ainda poucas investigações historiográficas dedicadas àquelas redes que se responsabilizaram pela acolhida e translado no país de origem do militante.

E, é nesse sentido que essa lacuna interpretativa apontada por Ribeiro vai ao encontro do nosso argumento de que: mesmo que por vezes os atores envolvidos na atividade de passada não tomassem a dimensão política como força motriz de seus atos, o trabalho dessas redes deve sim ser encarado enquanto uma atividade de resistência contra a ditadura. E nesse sentido, insistimos na necessidade de pensar esse ato de

maneira mais complexa, pois os caminhos que levaram até o exílio não se resumem apenas num ato de escapar da ditadura, eles são parte de um projeto de resistência.

Para essa virada interpretativa, se faz necessário uma redução de escalas que, ao mesmo tempo, é associada a uma ideia de transnacionalidade. Destarte, essa manobra analítica nos permite, a partir da observação de indivíduos comuns sob a ditadura compreender o exílio como um fenômeno plural, e principalmente como um espaço de ação que subverteu sua lógica primeira – ser uma ferramenta de controle e silenciamento de vozes dissonantes. Assim, estamos adotando a perspectiva de que esses exilados não eram apenas vítimas passivas do sistema, que aguardavam pacientemente as ordens vindas dos companheiros no Brasil, mas sim agentes protagonistas dessa luta desenvolvida em um trabalho conjunto com aqueles que em solo brasileiro se encontravam.

Essas definições teóricas e conceituais se fazem necessárias para que ao observarmos as nossas redes em uma escala reduzida, tenhamos dimensão da amplitude das conexões que avançam por essa fronteira como se fossem uma grande teia que liga setores de comando nacional de grupos de enfrentamento à ditadura a setores exilados no Uruguai, sendo que, a principal função destes pequenos grupos que formam a rede de mobilidade atuante na fronteira é articular a Travessia dos perseguidos políticos ou dos pombos-correios para o país vizinho.

Podemos inferir, com base em trabalhos anteriores (GONÇALVES, 2018; 2022), que tanto os indivíduos que passam por essa fronteira (majoritariamente) quanto às ligações de apoio das redes atuantes em solo brasileiro se ligam a grupos associados com a “ideia de principal inimigo interno brasileiro”. Nesse sentido, a primeira geração (1964 - 1967) esteve vinculada ao trabalhismo e principalmente à figura do líder petebista Leonel Brizola. Já a segunda geração que passou a atuar a partir de 1967 serviu para salvaguardar a vida de militantes vinculados às organizações de luta armada, principalmente a Ação Popular (AP) e uruguaios que durante a escalada autoritária do governo de Pacheco Areco (1967-1972) tiveram que deixar o seu país.

Assim, nos primeiros anos de ditadura, como bem lembra um de nossos entrevistados: “o Brizola era a organização” (RICARDO, 2018). Sendo o grupo Brizola, situado majoritariamente em Montevidéu, porém atuando como uma enorme teia para além dos limites da capital Oriental, o responsável por muitas estratégias de resistência que

tinham como palco essa fronteira. E é sobre essas conexões que vamos centrar nossa narrativa.

Conseguimos mapear durante nossos estudos a existência de duas principais redes de mobilidade vinculadas a esse grupo. Uma era composta por estudantes secundaristas e empresários locais, todos vinculados organicamente às fileiras do PTB. As Travessias por eles realizadas eram feitas de barco se valendo da lógica cotidiana de quem vai pescar, seja por labor ou lazer. Já a outra rede, também conhecida como esquema do cônsul, era formada por três elementos: o cônsul uruguai Jorge Bittar Abdala; seu motorista, El Chofer del Diablo¹²; e Rija, o recepcionista do Hotel Italiano, que era um dos empreendimentos de propriedade da família de Jorge em Rio Branco – Uruguai.

Juntos, esses três senhores foram os responsáveis pelas Travessias de setores ligados ao alto escalão do grupo brizolista no exílio. Até que em 1965 o esquema foi descoberto por agentes da repressão e Jorge foi transferido para a fronteira do Uruguai com a Argentina. Essa nova conjuntura acabou por demandar que a rede em questão precisasse se refazer, pois não mais podiam contar com a imunidade diplomática do cônsul. A saída encontrada passou a ser um carro de praça, onde o senhor José, auxiliado por Rija, continuou desenvolvendo as Travessias até 1967. Ano em que se envolveu em um incidente com a polícia uruguaia, episódio que até o presente momento possui muitas zonas cinzentas.

Ao mesmo tempo, também podemos observar no decorrer de nossas investigações a existência de outros núcleos de apoio ao grupo Brizola na referida fronteira. Entretanto, essa é uma questão repleta de lacunas, dada a amplitude de células e de indivíduos ligados de uma maneira ou de outra ao líder petebista.

Tamanha era essa rede que a própria repressão chegou a reconhecer que: “em Rivera, Santana do Livramento, Jaguarão e Chuy, Brizola mantém elementos de ligação com o Brasil, que operam ao que se sabe, um serviço bem-organizado de ‘correio’ entre os dois países”¹³. E de fato, se comparadas às estruturas humanas disponíveis na segunda

¹² Apelido pelo qual era conhecido na fronteira o senhor José Francisco Gomes Mendes, referenciado em nosso estudo anterior (GONÇALVES, 2022) como Senhor 057. Em Gonçalves (2023) sua trajetória é novamente apresentada a partir das discussões sobre história oral, memória e construção de identidades.

¹³ Arquivo Nacional. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128.

geração de redes de mobilidade, o grupo Brizola realmente possuía uma estrutura humana bem mais ampla atuando naquele local.

A existência dessa base de apoio “bem estruturada” na fronteira se deve a alguns fatores, e o principal deles é a força que o PTB local dispunha durante a vida democrática pré 1964. Bem como, as simpatias pessoais nutridas por Brizola, líder carismático e popular que após a morte de Vargas passou a ser a cara do PTB para muitos gaúchos.

Podemos apontar para esse cenário tendo por base os resultados da Operação Limpeza, ocorrida em abril de 1964 em Jaguarão. Esse “arrastão” atingiu todas as figuras vinculadas direta ou indiretamente ao partido. Ou seja, tanto seus militantes orgânicos como também gente que não se encaixa nesse panorama, e que são definidos nas nossas fontes como os “que não estavam metidos em nada” ou “que não tinham vinculação com nada”, mas que/e pela lógica de suspeição do período acabaram sendo detidos também (GONÇALVES, 2022B). Vale lembrarmos, ainda, que dada a força e carisma de muitas dessas lideranças petebistas junto às massas, não foram poucas as pessoas que se filiaram ao partido por respeito e admiração a eles, sobretudo Vargas e Brizola.

Por fim, outro ponto de extrema relevância dentro da rede de mobilidade vinculada ao grupo Brizola é a atuação dos Cônsules privativos na fronteira. Figuras que foram fundamentais para exercer pressão, oposição e resguardar a vida de inúmeras pessoas que pelos seus esquemas passaram. Embora, essa questão seja ainda pouco estudada, acreditamos, devido às evidências levantadas, que a atuação de Jorge Bittar Abdala e José Nogueira Pinto Machado, cônsules uruguaios e brasileiro respectivamente, mesmo que não fosse a regra, não era uma exceção¹⁴. Tanto que em 1964 o Itamaraty organizou uma missão especial para inspecionar o trabalho consular nas fronteiras do Rio Grande do Sul e nos consulados gerais dos seus vizinhos platinos (GONÇALVES, 2022C).

Já a segunda geração articulou-se ao redor do protagonismo do pároco Luiz Caponi. Embora em um primeiro momento acreditássemos que essa rede estivesse conectada

¹⁴ Ao observarmos parte da documentação expedida pelo CIEx disponível hoje no SIAN podemos perceber que havia também uma significativa preocupação da ditadura em relação às “atividades subversivas” ligadas ao grupo Brizola desenvolvidas no consulado de Santa Vitória do Palmar.

diretamente a um núcleo de apoio à Operação Fronteira da AP, vimos durante o trabalho com as fontes que esse era um serviço motivado por “dever de caridade” que não se limitava a siglas políticas. Assim, essa rede foi a que por mais tempo atuou, aproximadamente por uma década. Sendo responsável não apenas por acolher brasileiros que necessitavam deixar o país, uma vez que o Padre Caponi também estendeu sua mão para muitos “Tupamaros” perseguidos pela escalada autoritária do Pachecato.

É interessante notarmos, para além da amplitude de siglas políticas que eram atendidas nesses momentos, o fato de que essa rede também se valeu dos caminhos já abertos pelo grupo Brizola anteriormente, pois alguns de seus membros atuantes na cidade de Pelotas já haviam executado algumas vezes essas passagens enquanto pombos-correios do líder petebista.

Por fim, é mister destacarmos que ao compararmos as duas gerações, embora estas não sejam simultâneas, elas apresentam mais um elemento em comum: a presença e atuação de figuras socialmente influentes na comunidade local. Um empresário bem-sucedido do ramo moveleiro, um cônsul, um padre. Figuras que souberam muito bem capitalizar seu prestígio social, sua imunidade diplomática e as cotidianidades de seu trabalho caritativo em prol do apoio aos perseguidos. Eram indivíduos “de quem não se esperava que estivesse atuando contra o regime” (SALAMONI, 2018), justamente por sua posição social e/ou econômica, mas que contrariando tal lógica atuaram fortemente nas fileiras da resistência.

Acrescido a esse, outro elemento que possibilitou que essas Travessias se desenvolvessem por um período considerável e fossem exitosas é a associação dessa atividade de resistência às práticas cotidianas de sociabilidade locais. Principalmente quando se tratava das Travessias feitas a barco pela primeira geração ou da utilização de momentos de maior fluxo na Ponte Internacional Barão de Mauá para trasladar os perseguidos e militantes políticos. Sendo esse talvez o elemento mais importante que faz com que tais passagens sejam singulares, pois as mesmas águas por onde historicamente se passaram mercadorias desviadas do fisco, também se passaram gentes, sonhos, afetos e solidariedades. Afinal naquela fronteira “temos um rio que nos une e uma ponte que nos separa!”.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO NACIONAL. Fundo: Centro de Informações do Exterior/ CIEX. BRDFANBSBIE. Dossiê. Estudo sobre as atividades dos asilados brasileiros no Uruguai. p. 128.
- BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Os dominicanos e a morte de Carlos Marighella. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- DORFMAN, Adriana. A cultura do contrabando e a fronteira como um lugar de memória. *Estudos Históricos*, n.1, maio de 2009.
- GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. Os silêncios no povoado: As memórias que não se contam sobre 1964 em Jaguarão-RS. In: *Anais eletrônicos do XI Seminário Nacional do Centro de Memória Unicamp*. Campinas, dezembro de 2023.
- _____. *Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022
- _____. Talvez tenha havido injustiça, mas que tal serviu para demonstrar que felizmente em Jaguarão não existia expurgo a fazer. In: *Ofícios de Clio*, v.7, n.12, 2022B, p. 19-39.
- _____. Apesar de cônsul, incitou a resistência": um estudo de caso da diplomacia consular das cidades de Jaguarão/Rio Branco atuante na rede de apoio à Leonel Brizola. In: *Escritas do Tempo*, v.4, n.12, 2022C, p. 152-170.
- _____. *Travessia: O protagonismo da fronteiriça Jaguarão na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973)*. Trabalho de conclusão de curso – (Licenciatura em História) – Curso de História, Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, 2018.
- MAZZEI, Enrique. *Fronteras que nos unen, límites que nos separan*. Montevideo: Imprenta CBA, 2012.
- RIBEIRO, Maria Claudia Bandan. As redes políticas de solidariedade na América Latina. *Tempo e Argumento*, v.8, n.17, 2016, p.311-342.
- _____. Militância e exílio político: as trincheiras subterrâneas de luta. *I Colóquio Internacional Movimentos Trânsitos e Memórias*. Niterói, 2016B.
- RICARDO, Claudio Maria. *Travessia – o protagonismo da fronteira Jaguarão-Brasil/Rio Branco-Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973)*. Jaguarão, 21/09/2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.
- SALAMONI, Alceu; VOLTAN, Antonio Camelato. *Travessia – o protagonismo da fronteira Jaguarão-Brasil/Rio Branco-Uruguai na rota dos passageiros da liberdade durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1973)*. Pelotas, 09/2018. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.
- SENHOR ZERO CINQUENTA E SETE. *Acolhei aos perseguidos: as redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteiriça Jaguarão (1964-1975)*. Jaguarão, 23/12/2020. Entrevista concedida a Darlise Gonçalves de Gonçalves.

NOVIDADES

SOBRE MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA



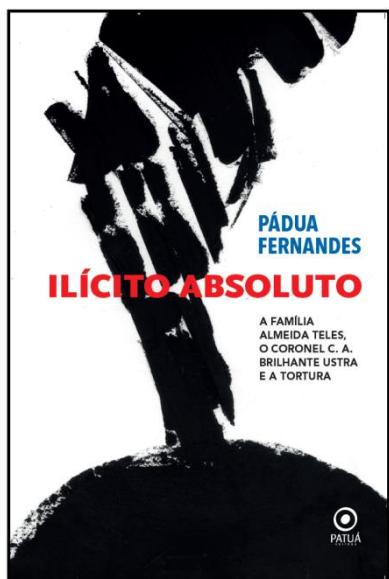
A torre: o cotidiano de mulheres encarceradas pela ditadura

Luiza Villaméa

São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

Escrito pela jornalista Luiza Villaméa, o livro conta, com detalhes, a história das mulheres que foram presas pela ditadura e levadas para a ala do Presídio Tiradentes, em São Paulo, que ficou conhecida como "A torre". Baseada em ampla pesquisa documental assim como em entrevistas, a autora apresenta um panorama sobre a forma como as presas políticas resistiram à ditadura mesmo estando encarceradas.

17

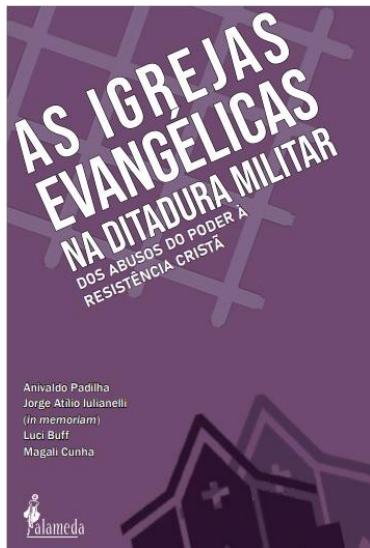


Ilícito absoluto: a família Almeida Teles, o Coronel C. A. Brilhante Ustra e a tortura

Pádua Fernandes

São Paulo: Patuá, 2023.

Neste livro, Pádua Fernandes analisa os caminhos percorridos pela família Teles, na ditadura e na democracia, para julgar aqueles que, em 1972, os levaram para o DOI-CODI, em São Paulo, e os torturaram. Com detalhes, a obra apresenta às/-aos leitoras/es a estratégia da família Teles para responsabilizar, ainda que na esfera civil, o torturador Brilhante Ustra.



As Igrejas Evangélicas na ditadura militar

Anivaldo Padilha, Jorge Atílio Iulianelli (*in memoriam*), Luci Buff e Magali Cunha
São Paulo: Alameda, 2022.

Organizada a partir do trabalho realizado pelos autores no GT “O papel das igrejas durante a ditadura”, que atuou no âmbito da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a obra mostra como integrantes das Igrejas Evangélicas agiram durante a ditadura, seja apoiando o regime, seja resistindo.



Guerrilheiras: memórias da ditadura e militância feminina

Juliana Marques do Nascimento
São Paulo: Alameda, 2022.

Neste livro, a autora realiza uma análise sobre o papel das mulheres na luta contra a ditadura, focando em duas personagens emblemáticas do período: Dilma Rousseff e Iara Lavelberg. Para tanto, a autora faz uma leitura crítica de biografias que foram escritas sobre as guerrilheiras, discutindo o imaginário construído sobre elas.

18



Ex ESMA: políticas de memoria en el ex centro clandestino de detención

Florencia Larralde Armas
Buenos Aires: La Oveja Roja, 2022.

Neste livro, a autora analisa, a partir de uma pesquisa que vem sendo realizada há anos, como a Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), um dos maiores centros clandestinos de repressão da ditadura argentina foi transformado em um espaço de memória.



O Estado Novo de Salazar: uma terceira via autoritária na Era do Fasismo

António Costa Pinto (Org.)

Lisboa: Edições 70, 2022.

Organizado por António Costa Pinto, uma das principais referências sobre o Estado Novo em Portugal, o livro apresenta um panorama que permite observar como a ditadura salazarista serviu de modelo para a criação de regimes autoritários em outros países europeus e na América do Sul.



A incrível história de António Salazar, o ditador que morreu duas vezes

Marco Ferrari

São Paulo: Todavia, 2023.

Em seu livro, o jornalista Marco Ferrari reconstitui como a ditadura chegou ao fim em Portugal, tendo como ponto de partida o acidente doméstico que afastou Salazar do poder. Baseado em ampla pesquisa, o livro evidencia a farsa articulada para que o ditador jamais soubesse da sua destituição.

19



Aos nossos filhos

Um filme dirigido por Maria de Medeiros.

Brasil, 2019. [lançamento em 2022]

O filme conta a história de Vera, que lutou contra a ditadura, foi presa, torturada, e, no presente, comanda uma ONG no Rio de Janeiro. Convivendo com os traumas do passado e as violências do presente, a personagem possui, ainda, uma relação bastante difícil com a sua filha.

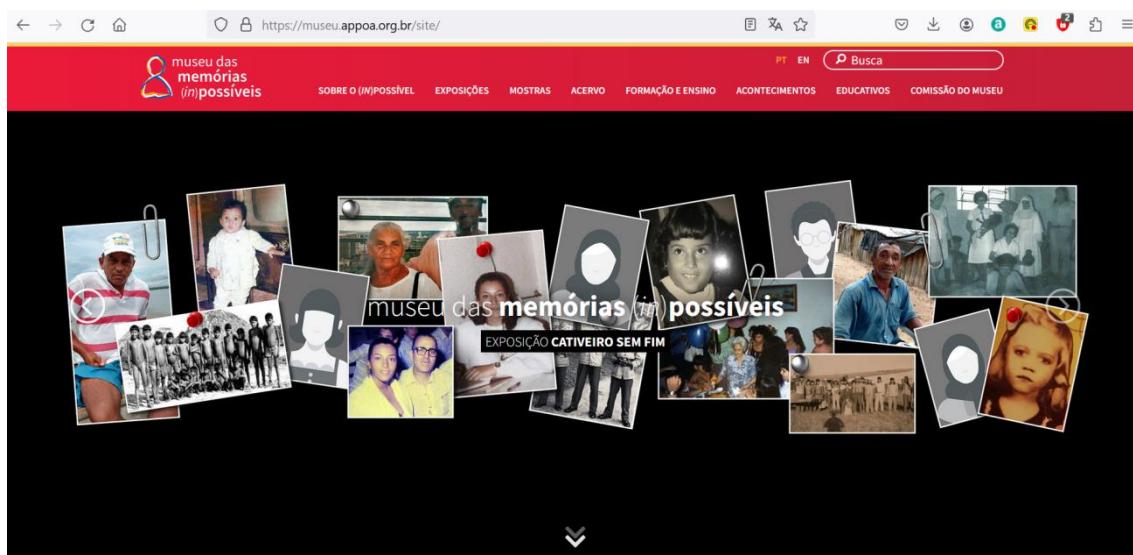
FONTES DE PESQUISA

MUSEU DAS MEMÓRIAS (IN)POSSÍVEIS

O Museu das Memórias (In)Possíveis é “[...] um museu virtual que busca inscrever histórias e narrativas, acolhendo as produções de sujeitos cujos lugares discursivos estão fragilizados nos laços sociais e que estão na ordem do (In)dizível, do (In)pensável, do (In)consciente e do Impossível”. Criado e mantido pelo Instituto APPOA – Associação Psicanalítica de Porto Alegre a partir de 2014, o museu possui uma exposição virtual com testemunhos de vítimas da ditadura brasileira, além de outros projetos que visam contribuir para a reconstituição, preservação e difusão de memórias traumáticas, caso da exposição “Cativeiro sem fim”, baseada na obra homônima do jornalista Eduardo Reina, e um projeto (em construção) alusivo à Segunda Guerra Mundial.

Disponível em: <https://museu.appoa.org.br/site/>

20



Fonte: Imagem da página inicial do site.

MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA EM IMAGENS

RESTOS MORTAIS DO DITADOR DA ESPANHA SÃO EXUMADOS E RETIRADOS DO MAUSOLÉU DO “VALLE DE LOS CAÍDOS”

Em 24 de outubro de 2019, os restos mortais de Francisco Franco, ditador da Espanha entre 1939 e 1975, foram exumados, retirados do “Valle de los Caídos”, sepultados em um túmulo familiar em cemitério localizado ao norte de Madri. Após décadas de discussões, a exumação de Franco e a retirada de seus restos mortais do Mausoléu-Monumento construído na década de 1940, e no qual o ditador foi sepultado junto a milhares de vítimas do seu regime, foram finalmente realizadas. Saudado por setores progressistas, mas criticado por políticos de direita e defensores do franquismo, o ato foi aprovado pelos três poderes e realizado com base na “Lei de Memória Histórica”. 21



Fonte: Familiares de Franco carregam seu caixão após a exumação na qual seus restos mortais foram retirados do “Valle de los Caídos”. Fotografia de Susana Vera/Reuters.



UFPEL



APOIO

